

**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria
dos Maiores de 23 Anos - 2021**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de HISTÓRIA**

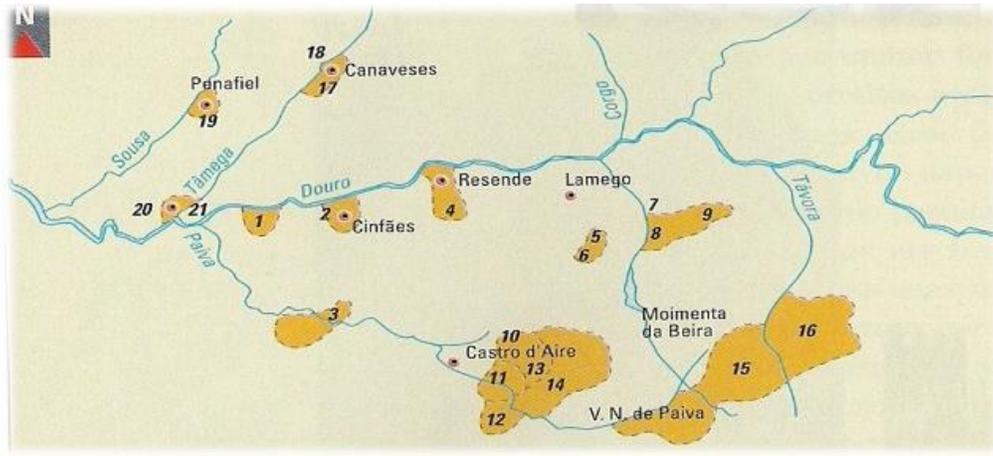
INSTRUÇÕES GERAIS

- 1.** A prova é constituída por **quatro (4) grupos de questões – TODAS de carácter obrigatório**;
- 2.** A prova tem uma duração **2 horas**, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
- 3.** Só pode utilizar as folhas distribuídas pelo docente vigilante, tanto para a elaboração das suas respostas como para efetuar os seus rascunhos;
- 4.** Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário, risque ou peça uma troca de folha;
- 5.** Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, *ipad*, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza, ou outros não especificados);
- 6.** Deverá disponibilizar ao docente vigilante, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
- 7.** A seguir a cada questão encontra, entre parênteses, a respetiva cotação.

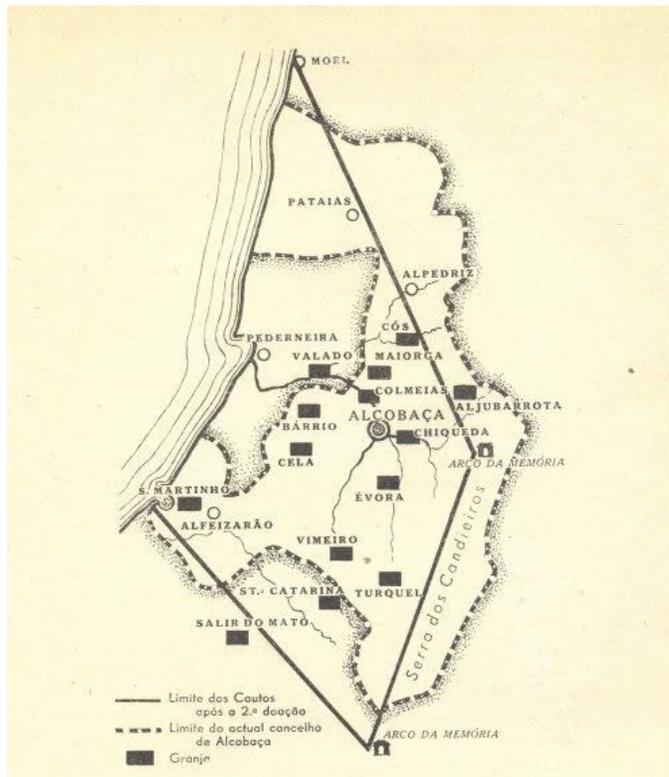
Leiria, 19 de junho de 2021

GRUPO 1

Documento A – Senhorio de Egas Moniz, rico-homem, aio de Afonso Henriques (séc. XII)



Documento B – Coutos de Alcobaça na Idade Média



Documento C – Doação dos Coutos de Alcobaça (1153)

Eu D. Afonso, pela divina misericórdia, rei dos portugueses, juntamente com a rainha D. Mafalda, minha mulher, fazemos doação a vós, D. Bernardo, abade do mosteiro de Claraval, e a vossos irmãos e a todos os vossos sucessores [...] de uma herdade que temos entre [...] Leiria e Óbidos [...]. Queremos que tenhais e possuais as suas entradas e saídas, águas e pastos [...], todas as terras cultivadas e por cultivar, vinhas, casas, hortas e pomares e todas as demais coisas que neste limite se encerram [...]."

José Pedro de Saldanha Oliveira e Sousa, *Coutos de Alcobaça: As Cartas de Povoação*, Tipografia Inglesa, Lisboa, 1929 (texto adaptado e traduzido do latim)

1.1. Que designação tem o tipo de senhorio representado pelo documento A.

E os senhorios régios, que designação adotam? [0,5 valores]

1.2. Distinga os poderes exercidos nos senhorios. [1 valor]

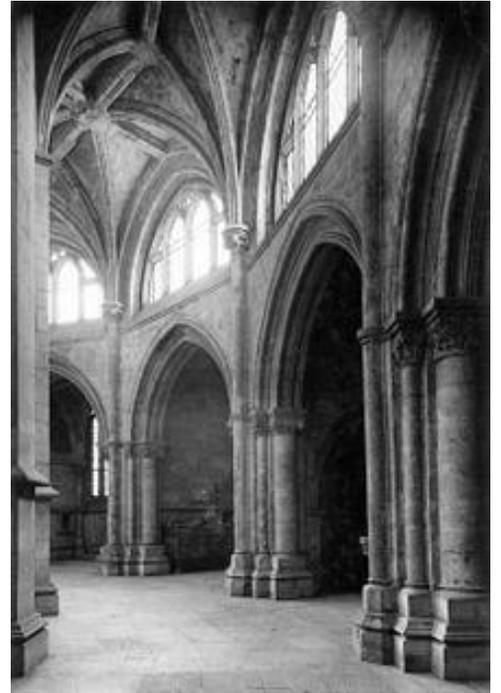
1.3. Tendo em conta os distintos tipos de senhorios, explique de que modo se processava a sua exploração económica. [1 valor]

1.4. Demonstre que a doação a que se referem os documentos B e C se insere no âmbito do sistema feudo-vassálico. [1 valor]

GRUPO 2

Documento D – Cabeceira da Sé de Lisboa (séc. XIV).

Vista exterior e interior (deambulatório).



Documento E

“A arte das catedrais significou, em primeiro lugar, o renascimento das cidades. A catedral é a igreja do bispo, portanto, a igreja da cidade.”

“Deus é luz. Esta conceção contém a chave da nova arte, a arte de França.”

Georges Duby, *O Tempo das Catedrais*, Estampa, Lisboa, 1993

- 2.1. A que “nova arte” se refere Georges Duby, no documento E? [0,5 valores]**
- 2.2. Identifique três características desta arte patentes no documento D. [1 valor]**
- 2.3. Justifique a primeira afirmação de Georges Duby (documento E). [1 valor]**
- 2.4. Esclareça o sentido da segunda afirmação do mesmo autor (documento E). [1 valor]**

GRUPO 3

Atente no texto:

"A Revolução Liberal de 1820: projectos e realidades"

"A revolução de 1820 foi o equivalente português da explosão francesa operada em 1789. Em muitos aspectos, a data assinala, na história nacional, a verdadeira viragem do século XVIII para o século XIX. Foi o momento singular de afirmação de um homem novo - o cidadão liberal - num enquadramento sociopolítico novo - definido por um sistema de garantias individuais constitucionalmente consagrado - numa civilização nova - liberta das opressões e fanatismos do passado, e aberta às Luzes do progresso e da razão. Fruto de diversas influências e causas, o primeiro liberalismo português resultou de um misto de importação ideológica franco-espanhola e de auto-descoberta nacional.

Todavia, o desenrolar do processo revolucionário, entre 1820 e 1823, mostrou como a amplidão ideológica do vintismo escondia, na realidade e na prática, uma "coalizão" de descontentamentos generalizados e de cores políticas várias, potencialmente geradora de indefinições e de divisões. Acresce que, muitas vezes, para além da própria tensão interna entre a "esquerda" e a "direita" liberais, os vintistas se deram conta de que o país que queriam libertar - e para o qual legislavam - era ainda em muitos aspectos a nação do Antigo Regime, obrigando-os a uma permanente conciliação entre o antigo e o novo.

Para além disso, o vintismo português não actuava no vácuo: integrava-se, ao tempo, na Europa restauracionista da Santa Aliança, em relação à qual aparecia como um perigoso desvio nacional-liberal relativamente à sacrossanta regra das legitimidades dinásticas conservadoras. Por isso o vintismo viveu sempre no fio da navalha, no tempo curto que se esgotava, no complexo do cerco contra-revolucionário que lhe foi montado, terminando assim por não ter tempo ou espaço de manobra para as muitas reformas que quis executar, e que posteriormente seriam continuadas, aprofundadas ou revistas. Como sintetiza J. Silva Dias, «as reformas em série mostraram-se, fora do papel, uma realidade polémica escaldante, geradora de resistências e de oposições e sem viabilidade para se traduzirem em prática» (Sardica, 2002, pp.130-131).

3.1. Analise o documento e, atendendo ao período considerado e ao ideário do vintismo português, explique as dificuldades de implantação da nova ordem liberal.

[7 valores]

GRUPO 4

A propósito do tema “a questão colonial”, o jornal *Público* publicou, em 16 de janeiro de 2015, uma entrevista realizada aos historiadores Miguel Bandeira Jerónimo e Diogo Ramada Curto, com o título “O império colonial português foi tão excepcional como outro qualquer”.

“O que parece ser consensual é que o colonialismo tardio português assistiu, à semelhança do que aconteceu com outras potências coloniais no Congo, no Quênia ou na Argélia, a uma “repressão altamente eficaz”, com “episódios de extrema violência”, defende Bandeira Jerónimo.

A experiência das outras potências não se reflectia apenas nos “massacres brutais”, reflectia-se também nos programas de reordenamento rural e de deslocação de populações. Se é verdade que as autoridades coloniais seguiram de perto a estratégia inglesa de repressão no Quênia, também é verdade que se interessaram pelos campos britânicos de reeducação dos africanos, cujo modelo, aliás, procuraram seguir.

(.....) Miguel Bandeira Jerónimo rejeita a palavra “excepcionalidade” porque, diz, muitas vezes tem vindo a ser usada para, de alguma forma, “desculpar o império”: “O colonialismo português não é doce nem miscigenado, como defendeu o Estado Novo. A repressão foi muitas vezes descontrolada, só que os massacres não estão documentados, ao contrário do que acontece no império britânico, por exemplo.”

Para Ramada Curto, o discurso da “excepcionalidade” também é desajustado e absolutamente devedor das políticas justificativas da permanência em África defendidas pelo regime de António de Oliveira Salazar. “O império português foi tão diferente, quanto igual”, diz. “Foi tão excepcional, se quisermos, como os outros. Hoje, em que uma nova geração de historiadores, com formação internacional, está a produzir investigação, isso torna-se ainda mais evidente

(.....) A ideia que a propaganda do Estado Novo se esforçou por veicular no pós-guerra de que o império português era o da miscigenação e não o da imposição é tão falsa como aquela que aponta para um país fechado sobre si mesmo, alheio a tudo o que se passa à sua volta. «Há entre os responsáveis pelas pastas dos Negócios Estrangeiros e das políticas ultramarinas uma enorme preocupação de acompanhar o que se diz sobre Portugal e as colónias internacionalmente», diz Ramada Curto, assim como um grande interesse em monitorar o que vão produzindo os *think tanks* nos Estados Unidos e no resto da Europa a propósito dos territórios colonizados. No pós-II Guerra, lembra este historiador, «no pós-holocausto», as noções de raça e de racismo eram alvo de intenso debate, promovido pelas Nações Unidas, órgão que ajudou a elevar a reputação de Gilberto Freyre (1900-1987) e dos seu luso-tropicalismo.

4.1. Com base nos seus conhecimentos, na informação sugerida no texto e nas opiniões expressas pelos historiadores entrevistados, justifique o título atribuído (“O império colonial português foi tão excepcional como outro qualquer”). [6 valores]